

Dinâmicas da inserção profissional dos licenciados do ensino superior politécnico: um estudo de caso

António José Almeida¹, Isabel Faria Vaz², Maria Amélia Marques³ e Pedro Dominginhos⁴

Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, Portugal

1) ajalmeida@esce.ips.pt 2) ivaz@esce.ips.pt 3) amarques@esce.ips.pt 4) pdominginhos@esce.ips.pt

Resumo

O presente artigo apresenta os resultados de um estudo de caso sobre a inserção profissional dos licenciados. Os dados recolhidos apontam para uma situação positiva quanto à relevância da oferta formativa face às opções de recrutamento adoptadas pelas organizações. Esses resultados estão patentes quer na facilidade com que os diplomados se integram no mercado de trabalho, mais de 80% dos diplomados que procura emprego no final da licenciatura obtêm-no num prazo inferior a 6 meses, quer no facto de cerca de 60% dos diplomados que não procuram emprego o fazerem por terem ficado a trabalhar no local em que realizaram o estágio curricular.

Palavras-chave: Empregabilidade, inserção profissional, diplomados do ensino superior, mercado de trabalho, políticas de gestão de recursos humanos.

Abstract

This article presents the results of a case study on the transition to work of higher education graduates. The data point to a positive situation regarding the relevance of the training offer to meet the recruitment policies adopted by organizations. These results are evident both in the ease with which graduates are included in the labour market, more than 80% of graduates seeking employment at the end of in-degree obtained within less than 6 months, or in fact about 60% of graduates not seeking employment do so because they find their first job on the site where they performed the traineeship.

Keywords: Employability, transition to work, higher education graduates, labour market, human resources management policies.

Introdução

A problemática da inserção profissional tem vindo a adquirir uma elevada visibilidade social e a ocupar um lugar de destaque na agenda da investigação científica. Tal visibilidade e destaque resultam não tanto de estarmos perante um fenómeno social novo mas, sobretudo, dos contornos que este tende a assumir num contexto em que a uma oferta crescente de diplomados com elevados níveis de escolaridade nem sempre tem correspondido uma capacidade de criação de empregos capaz de romper com o desemprego estrutural que tem sido apanágio das sociedades contemporâneas. Esta nova realidade tem feito com que os processos de inserção profissional sejam cada vez mais prolongados no tempo e atravessados por ritmos diferenciados em função quer das dinâmicas socioeconómicas do momento quer das estratégias dos diferentes actores sociais envolvidos.

Neste contexto, propomo-nos, com este artigo, analisar o processo de inserção profissional dos licenciados pela ESCE¹, a partir dos resultados de um inquérito postal aplicado ao universo dos diplomados que concluíram a licenciatura entre os anos lectivos de 1999/00 e 2004/05, ao qual responderam 43% dos diplomados num universo de 1080². O estudo teve em conta quatro dimensões de análise nas quais se estrutura o presente texto: caracterização sociográfica dos diplomados, inserção na vida activa, percurso de inserção e projectos face ao emprego e à formação.

1. A problemática da inserção profissional no contexto do funcionamento do mercado de trabalho e das políticas de gestão de recursos humanos

Não sendo uma problemática nova, a inserção profissional tem vindo a assumir um estatuto privilegiado quer nos discursos políticos quer nas agendas de investigação dos cientistas sociais. Tal visibilidade decorre em grande parte da complexidade que caracteriza a inserção profissional dos jovens, num contexto marcado pelo fim da relação linear entre oportunidades educativas e oportunidades sociais (Alves, 2008), sobretudo devido ao aparecimento do desemprego enquanto fenómeno estrutural das sociedades contemporâneas e para o qual os jovens diplomados se vêem cada vez mais arrastados. Desemprego e precariedade são, neste contexto, dois atributos fundamentais que caracterizam a condição laboral de uma parcela importante de jovens (Gonçalves, Parente e Veloso, s.d.).

Apresentado por muitos como o resultado da inadequação das formações académicas a um mercado de trabalho em permanente reajustamento, o desemprego de diplomados tem sido um território privilegiado em que se confrontam diferentes lógicas de poder: a lógica das empresas que procuram cada vez mais externalizar os seus custos de formação; a lógica do Estado que procura exercer a sua função reguladora num contexto em que a palavra de ordem é a diminuição da despesa pública; a lógica dos estudantes e suas famílias que procuram no diploma um passaporte para a melhoria ou manutenção da sua condição social e, por fim, a lógica das instituições de ensino superior que procuram projectar uma imagem de sucesso, por forma a manter ou aumentar a sua capacidade de atracção sobre a procura social de ensino.

Na verdade, o confronto entre estas diferentes lógicas de poder tende a escamotear o facto do desemprego, em geral, e o dos diplomados, em particular, resultar, em grande parte, das dinâmicas de crescimento económico e da emergência de novas centralidades na organização do espaço económico internacional (Estanque, 2005; Rummert, 2000), de que as deslocalizações de empresas são um exemplo paradigmático.

No caso português, o desemprego de diplomados assume um carácter particularmente paradoxal na medida em que o país vive confrontado com um défice de qualificações, quando

¹ Os resultados globais do estudo podem ser encontrados em Almeida *et alli* (2008).

² Trata-se de uma taxa de resposta que está em linha com outros trabalhos similares realizados em Portugal (cf. Alves, 2005).

comparado com o espaço europeu em que se integra, ao mesmo tempo que aumenta o peso dos diplomados desempregados (Alves, 2008). Este aparente paradoxo explica-se, em grande parte, pelo padrão de especialização económica do país a par do predomínio de políticas de gestão de recursos humanos pouco valorizadoras do capital humano enquanto fonte de competitividade (Almeida, 2007; Caetano, 2000; Lopes, 2000).

A análise da inserção profissional não pode, igualmente, deixar de ter em conta os modos de regulação dos diferentes tipos de mercado de trabalho, de que os mercados profissionais são parte integrante e cuja especificidade resulta da tendência para o fechamento social da sua base de recrutamento, por forma a obter um monopólio para um grupo profissional específico (Gonçalves, 2006; Rodrigues, 1997).

Ao introduzirmos esta nova dimensão de análise, decorrente dos contributos teóricos da Sociologia das Profissões, consideramos que o estudo da inserção profissional necessita de ter em conta os atributos específicos de cada campo profissional e, por arrastamento, do modo de regulação de cada área de formação.

2. Caracterização sociográfica dos diplomados

Reveladora das dinâmicas associadas ao percurso escolar dos diplomados, a idade média com que terminam os estudos permite-nos compreender alguns aspectos que caracterizam a população em análise. Assim, constata-se que estamos perante uma população relativamente heterogénea do ponto de vista etário, facto que decorre da coexistência entre a população de diplomados com percursos escolares marcados pela linearidade das opções académicas, marcados pelo sucesso escolar, e de diplomados com percursos intermitentes em que os estudos foram interrompidos para dar lugar ao emprego ou porque o insucesso escolar entretanto se interpôs. A existência de uma idade mínima de conclusão da licenciatura de 21 anos é um indicador dos percursos lineares de sucesso enquanto que as idades máximas de 40 ou de 45 anos revelam os percursos intermitentes de quem, tendo interrompido os estudos, decidiu retomá-los na qualidade de trabalhador estudante.

Um segundo indicador relevante prende-se com a composição sexual da população a qual é marcada pela elevada taxa de feminização, 67% dos diplomados são mulheres, fenómeno que se tem vindo a acentuar na generalidade do ensino superior quer em Portugal quer na generalidade dos países europeus (HIS, 2005). Importa, no entanto, salientar que essa tendência para a feminização da população estudantil não é um fenómeno homogéneo entre os diferentes cursos oferecidos pela ESCE. Assim, são os cursos de Contabilidade e Finanças e de Gestão de Recursos Humanos aqueles em que a taxa de feminização é mais acentuada - em cada quatro diplomados apenas um é homem - enquanto que os cursos de Marketing e de Gestão da Distribuição e da Logística apresentam uma estrutura mais próxima da equidade sexual, embora com predomínio das mulheres. O curso de Gestão de Sistemas de Informação, por sua vez, apresenta um perfil de diplomados marcado pelo predomínio dos homens em detrimento das mulheres já que cerca de dois em cada três diplomados são homens.

Um dos traços mais marcantes na origem social dos diplomados inquiridos é o facto de estarmos perante uma população cuja origem é atravessada por um reduzido capital habilitacional. Quer o pai quer a mãe de cerca de 50% dos diplomados não têm mais do que o 4º ano de escolaridade ascendendo a cerca de 75% o peso dos diplomados cujos pais não têm mais do que a escolaridade obrigatória. Em contrapartida, o peso dos diplomados cuja família de origem tem formação superior não ultrapassa os 6%³. Estes dados revelam um dos efeitos mais significativos do ensino superior politécnico em Portugal ao contribuir, de forma decisiva, para a democratização do acesso ao ensino superior permitindo que uma parte significativa dos

³ Num estudo similar ao nosso realizado para a Universidade de Lisboa, conclui-se que cerca de 30% dos pais dos diplomados tinha formação superior e pouco mais de 30% tinha habilitações iguais ou inferiores ao 1º ciclo (Alves, 2005: 30)

jovens, cujos pais apresentam um reduzido capital escolar, tenha acesso ao ensino superior através do politécnico dada a forte selectividade social da universidade⁴. Tal efeito democratizador induzido pelo ensino politécnico não está, contudo, isento de riscos na medida em que poderá ser gerador de uma nova clivagem social em função do estatuto atribuído às suas áreas de formação na hierarquia do prestígio social, do valor de troca que os seus diplomas venham a ter no mercado de trabalho e da sua capacidade para sustentar carreiras profissionais que dêem acesso a lugares de topo nas estruturas organizacionais⁵. Neste contexto, importa também, num quadro de crescente massificação do ensino superior, compreender até que ponto o ensino politécnico induz positivamente ou negativamente a apetência pelo prosseguimento de estudos tendo em vista a obtenção de graus habilitacionais mais elevados.

A condição perante o trabalho dos progenitores é outro dos elementos reveladores da origem social dos diplomados. Por isso, e tendo em conta os dados relativos ao capital escolar anteriormente apresentados, não deixa de ser surpreendente o peso que os trabalhadores por conta própria têm entre os pais dos diplomados, 23,1% no caso do pai e 15,1% no caso da mãe. Poderíamos argumentar que, num contexto marcado por uma crescente flexibilização das relações de trabalho, se trata de falsos trabalhadores independentes. Contudo, trata-se de um grupo significativo de pequenos empresários que, numa estratégia de mobilidade social, procura converter o seu capital económico em capital escolar.

Por último, é interessante constatar que existem algumas clivagens no que respeita à condição perante o trabalho do pai entre os diplomados dos diferentes cursos. Assim, é entre os diplomados em Contabilidade e Finanças que existe o maior número de trabalhadores por conta própria (39,7%) e entre os diplomados em Gestão de Recursos Humanos que os trabalhadores por conta de outrem têm mais peso (82,1%).

3. Da primo-inserção ao percurso profissional

Um dos primeiros elementos de análise do processo de inserção profissional, na medida em que condiciona todos os procedimentos posteriores, prende-se com o facto de, concluído o curso, os diplomados terem ou não procurado emprego. Os resultados mostram que existe um elevado número de diplomados que concluída a licenciatura não procura emprego (35,3%). Uma análise mais fina, considerando os dados por curso, permite-nos constatar que o fenómeno da não procura de emprego é mais acentuado entre os diplomados em Contabilidade e Finanças (42,2%) e em Gestão da Distribuição e da Logística (39,3%). Em contrapartida é entre os diplomados em Gestão de Sistemas de Informação (77,3%) e em Marketing (71,8%) que se verificam as maiores percentagens daqueles que procuram emprego.

Esta elevada percentagem de diplomados que não procura emprego leva-nos a tentar perceber a razão de um tal fenómeno já que, do total de diplomados, apenas 9,2% afirma não procurar emprego por continuar no mesmo emprego que ocupava durante a frequência do curso sendo, por isso, trabalhadores estudantes. Analisados os motivos da não procura de emprego, constatamos que é o facto de continuarem na empresa em que realizaram o estágio curricular que mais contribui para a ausência de necessidade de procurar emprego (59,2% dos que não procuraram emprego). Neste contexto, o estágio curricular surge como um elemento particularmente relevante na facilitação do acesso ao primeiro emprego por parte destes diplomados, na medida em que não só vêm eliminada uma etapa, sempre problemática, que é a procura de emprego, como vêm reconhecidos de imediato o seu diploma e as suas competências no contexto do mercado de trabalho. Mas o efeito do estágio não se fica por aqui. Embora não tenhamos controlado por via do inquérito, a experiência no seu acompanhamento mostra-nos que ele contribui, ainda, para o acesso ao emprego por parte de outros diplomados

⁴ A propósito das desigualdades sociais no acesso ao ensino superior em Portugal ver Balsa *et al* (2001) e Almeida *et al* (2003).

⁵ Para uma discussão sobre os diferentes valores de troca dos diplomas escolares cf Alves (2008).

que, tendo procurado emprego, são recrutados posteriormente pelas mesmas empresas em que estagiaram ou são por estas recomendados para empregos disponíveis noutras entidades. Regressando ao universo dos diplomados que procuraram emprego, os quais representam cerca de 64% da nossa amostra, procurámos saber qual o tempo que demoraram até à obtenção do emprego. Os resultados obtidos são reveladores de uma relativa facilidade na obtenção do 1º emprego já que 82,5% dos diplomados não demora mais de 6 meses para a sua obtenção.

A caracterização da situação dos diplomados aquando da sua inquirição, emprego actual, e na primo-inserção, embora reflectindo uma heterogeneidade de situações em virtude de estarmos perante diferentes anos de conclusão do curso, permite-nos ter uma visão mais centrada nos seus percursos de inserção. Deste ponto de vista, uma primeira dimensão de análise prende-se com a situação na profissão, a qual evidencia uma reduzida taxa de desemprego entre os diplomados (5%), quer entre os que procuram o 1º emprego (0,7%) quer entre os que procuram novo emprego (4,3%). Entre os que estão empregados verifica-se que a larga maioria (89,3%) é trabalhador por conta de outrem, havendo 4,9% de trabalhadores por conta própria e 0,9% de empresários. Se tivermos em conta que, no contexto português, parte dos trabalhadores por conta própria tendem a ser falsos trabalhadores independentes (Vaz, 1997; Freire, 1995), conclui-se que existe uma elevada propensão para o assalariamento em detrimento da opção por uma carreira como empresário. Aliás, auto-classificados como empresários surgem apenas diplomados em Contabilidade e Finanças (2,2%)⁶ e em Gestão de Recursos Humanos (0,8%), cursos que primeiro colocaram licenciados no mercado de trabalho.

Quando analisamos a distribuição dos diplomados por tipo de relação contratual, apesar de cerca de 40% manter uma situação contratual precária, reflexo da generalização das formas atípicas de emprego⁷, verifica-se uma inversão da distribuição face ao 1º emprego. Tal significa que a antiguidade no mercado de trabalho, ao garantir a aquisição de experiência profissional, tende a aumentar a probabilidade de acesso a um emprego estável. Esta tendência para o aumento da estabilidade na passagem do 1º emprego para o emprego actual, é reveladora daquilo que são algumas das características do funcionamento do mercado de trabalho em Portugal⁸, o qual tende a usar o contrato a termo para alongar o período probatório a que o trabalhador está sujeito e a valorizar a experiência profissional enquanto factor de acesso ao mercado de trabalho primário, preenchido que está o requisito das habilitações escolares avançadas.

O nível de remuneração é outro elemento relevante para a caracterização do emprego dos diplomados cuja análise assume maior acuidade se tivermos em conta que esta é uma das dimensões relativamente à qual os diplomados manifestam um maior índice de insatisfação no 1º emprego. Os resultados obtidos mostram uma significativa transformação da estrutura remuneratória entre o 1º emprego e o emprego actual. Tal transformação faz com que cerca de 50% dos diplomados aufera uma remuneração superior a 1.000 euros, valor que no 1º emprego só era atingido por 5%, e que nos níveis remuneratórios inferiores a 600 euros se passe de cerca de 38% dos diplomados no 1º emprego para cerca de 6% no emprego actual. Tal significa que, para além de aumentar a probabilidade de acesso a um emprego estável, a antiguidade no mercado de trabalho, com a consequente aquisição de experiência profissional, tende igualmente a aumentar a probabilidade de acesso a uma remuneração substancialmente mais elevada para a generalidade dos diplomados.

A distribuição do emprego por sectores de actividade confirma o padrão que encontramos no 1º emprego, facto que, conjugado com a já constatada valorização da

⁶ Esta especificidade dos diplomados em Contabilidade e Finanças não deverá ser estranha ao modo de organização do mercado de trabalho profissional nesta área já que, ao saírem com uma certificação profissional como TOC, estes diplomados podem criar pequenas empresas de prestação de serviços de contabilidade como tem sido tradição na área.

⁷ Para uma discussão sobre as formas atípicas de emprego que atravessam o mercado de trabalho em Portugal bem como os seus significados, consultar Vaz (1997 e 2006).

⁸ Sobre a valorização da experiência no contexto do mercado de trabalho português cf. Almeida (2008).

experiência profissional pelo mercado de trabalho, nos leva a equacionar a hipótese de que estamos perante uma tendência para a rigidez no que respeita à mobilidade inter-sectorial. Tal hipótese adquire maior inteligibilidade se considerarmos que podem existir competências tácitas associadas a cada sector de actividade nas áreas profissionais em que se inserem estes diplomados. Constatamos, assim, que são os Serviços às Empresas, o Comércio e a Administração Pública Central e Local que lideram no emprego dos diplomados pela ESCE. As variações negativas que encontramos do 1º emprego para o emprego actual traduzem-se numa diminuição do emprego nos Serviços às Empresas, nas Telecomunicações, na Construção Civil e Obras Públicas e nos Serviços às Pessoas. Esta variação negativa pode reflectir duas lógicas que importa enunciar: a primeira que decorre de eventuais quebras de dinamismo no crescimento destes sectores que possam fazer com que libertem temporariamente mão-de-obra; a segunda que resulta daquilo que Moncel (2001) designa por função de distribuição da mão-de-obra debutante que tende a ser característica de alguns sectores de actividade.

A análise da distribuição dos diplomados por classe de dimensão das empresas revela um fenómeno similar ao que acabamos de descrever para os sectores de actividade. Assim, verifica-se que as pequenas e micro empresas tendem a assegurar uma função de distribuição para as grandes empresas na medida em que o seu peso reduz-se quando comparamos o 1º emprego com o emprego actual. Suportando os custos da primeira inserção, as pequenas e micro empresas, apesar de necessitarem de recursos humanos avançados para o seu desenvolvimento e sustentabilidade, não parecem ter estratégias adequadas ou condições objectivas para a retenção destes diplomados.

Por último, quisemos auscultar os diplomados acerca da sua percepção quanto ao grau de adequação entre as funções que desempenham e a área de formação do curso, o que nos permite avaliar uma das dimensões da qualidade da inserção⁹, pese embora essa adequação seja o resultado de uma multiplicidade de variáveis. Os resultados mostram que, globalmente, existe uma relativa adequação, sendo residual a percentagem de diplomados que afirma que as suas funções são totalmente desadequadas face à área de formação do curso (3,9%). A análise por curso permite-nos, contudo, identificar pequenas diferenças entre aqueles que afirmam a existência de uma total adequação. Assim, é entre os diplomados em Contabilidade e Finanças que encontramos o maior peso dos que percebem uma total adequação (56,3%) e entre os de Marketing que encontramos o menor peso (39,8%).

Note-se que entre os diplomados em Gestão da Distribuição e da Logística e em Gestão de Sistemas de Informação é nula a referência à situação de total desadequação das funções. Tal significa que estes cursos tendem a proteger mais os seus diplomados do desempenho de funções que nada tenham a ver com a sua área de formação. A explicação para esta evidência tanto pode decorrer das especificidades das suas formações, valorizadoras de competências tecnológicas mais específicas, logo menos apropriáveis por quem não é da respectiva área de formação, como pode ser o resultado de uma maior procura das suas competências o que lhes permitirá ser mais selectivos na aceitação dos empregos disponíveis. Esta última hipótese é reforçada com o facto de estarmos perante dois cursos que abrem o menor número de vagas e, consequentemente, colocaram no mercado de trabalho o menor número de diplomados no período em análise.

4. Projectos face ao emprego e à formação

Questionados sobre as suas expectativas profissionais para os próximos 5 anos, as respostas dos diplomados parecem contagiadas por estratégias defensivas em que manter o emprego é a palavra de ordem. A intrometer-se nesta lógica defensiva, apenas a carreira internacional parece seduzi-los. Mudar parece ser um risco ao qual não gostariam de se sujeitar. Das hipóteses por nós colocadas gostaríamos de fazer uma referência especial à criação da

⁹ Sobre a discussão em torno da problemática da qualidade da inserção cf. Alves (2008).

própria empresa, a qual surge apenas em 6º lugar quando hierarquizamos as médias das respostas. Este facto é particularmente relevante se considerarmos, como já tivemos oportunidade de constatar, que estes diplomados têm na sua origem familiar uma elevada percentagem de trabalhadores por conta própria, 23,1% entre os pais e 15,1% entre as mães. Tal pode significar que, do ponto de vista sociológico, estamos perante um processo de mobilidade social de reconversão¹⁰ em que o capital económico da família de origem tende a ser convertido em capital escolar com passagem à condição de assalariado.

Confrontados com a probabilidade das expectativas profissionais anteriormente enunciadas se realizarem, as médias das respostas dos diplomados revelam um desfasamento entre o desejo e a realidade. Esta consciência dos limites à realização dos seus desejos é porventura um dos indicadores mais expressivos da sua condição social e da conformação ideológica à redução das oportunidades objectivas para sua concretização. Das variáveis correspondentes a situações menos prováveis de se realizar, gostaríamos de explorar o significado das reduzidas possibilidades de se concretizar uma carreira internacional, a qual surge no plano dos desejos como uma aparente intromissão num quadro marcado por estratégias defensivas. Surgindo em último lugar na hierarquia de probabilidades, é de admitir que o desejo de uma tal carreira internacional corresponda mais à adesão encantada a um modelo ideal de carreira profissional do que a um desejo pessoal genuíno e amadurecido.

Confrontados com a sua intenção de continuar a formação académica, os diplomados afirmam maioritariamente que pensam fazê-lo (78,1%). A ausência de unanimidade, ou pelo menos de uma maioria mais expressiva, leva a que nos questionemos acerca da razão pela qual 21,9% dos diplomados não têm intenção de continuar tal formação, tanto mais que, no actual quadro de alteração da estrutura de graus académicos decorrente do chamado Processo de Bolonha, é expectável uma desvalorização económica e simbólica do grau de licenciado de que são portadores. A trajectória académica e as expectativas sociais e profissionais são porventura as variáveis que nos ajudam a compreender este fenómeno. Assim, se considerarmos que as reduzidas classificações médias com que concluem o curso reflectem o nível de investimento dos diplomados nos seus estudos e o seu grau de adesão ao modelo escolar por contraposição ao mundo não escolar¹¹, então talvez se compreenda melhor esta desvalorização do prosseguimento de estudos. A análise por cursos mostra-nos que a valorização da continuação do investimento escolar tende a ser diferenciada. Assim, é entre os diplomados em Gestão de Sistemas de Informação, Gestão de Recursos Humanos¹² e Marketing que a intenção de prosseguir estudos é mais elevada e entre os diplomados em Contabilidade e Finanças e Gestão da Distribuição e da Logística que é mais reduzida.

No que respeita ao investimento na formação contínua não escolar destacam-se as línguas estrangeiras e a informática, as quais surgem, apesar de tudo, com pesos muito diferenciados quando comparadas entre si já que as línguas estrangeiras surgem como a área privilegiada pelos diplomados, facto ao qual não deverá ser alheio o défice de competências na área associado à sua importância crescente no mundo profissional. Na análise por curso, mais uma vez os diplomados em Contabilidade e Finanças evidenciam uma menor propensão para o investimento nestas áreas por contraponto com os diplomados em Gestão da Distribuição e da Logística, no caso das línguas estrangeiras, e em Gestão de Sistemas de Informação, no caso da informática.

¹⁰ Machado *et alli* (2003:58) utiliza a expressão “trajectórias estacionárias com promoção escolar” para designar a mobilidade dos estudantes filhos de empresários e dirigentes com baixos níveis de escolaridade.

¹¹ Para aprofundamento destas duas lógicas, não raras vezes vistas como opostas, cf. Canário (2000).

¹² Sobre da especificidade das aspirações dos licenciados em GRH cf. Almeida (2008).

Conclusão

A análise do processo de inserção dos diplomados pela ESCE evidencia um conjunto de resultados que se caracterizam pela relativa facilidade com que os diplomados se integram no mercado de trabalho, mais de 80% dos diplomados que procura emprego no final da licenciatura obtêm-no num prazo inferior a 6 meses, e pelo facto de cerca de 60% dos diplomados que não procuram emprego o fazerem por terem ficado a trabalhar na empresa/organização em que realizaram o seu estágio curricular.

Este padrão que caracteriza o processo de inserção é, ainda, atravessado por um conjunto de atributos que, mais do que resultar de uma hipotética desadequação dos perfis de formação às necessidades socioeconómicas do meio envolvente, são a expressão de um mercado de trabalho cada vez mais volátil e marcado pela institucionalização da precariedade, ao qual os jovens diplomados revelam uma elevada conformação ideológica. Tal conformação é patente nos elevados índices de satisfação com diferentes atributos do emprego, 3 em cada 4 respondentes mostram-se satisfeitos ou totalmente satisfeitos com o 1º emprego, satisfação essa que aumenta com a mudança de emprego o que indicia processos de mobilidade profissional ascendente associados a uma maior aceitação dos modos dominantes de gestão da mão-de-obra. Igualmente revelador deste encontro de expectativas é o facto de cerca de 50% dos diplomados considerarem as funções desempenhadas totalmente adequadas à sua área de formação sendo residual a percentagem daqueles que consideram as funções totalmente desadequadas (3,9%). A destoar deste cenário surge de forma recorrente a menor satisfação com a remuneração ou com variáveis a ela associadas como são os casos das oportunidades de promoção e de formação.

No que respeita à distribuição sectorial do emprego é de salientar a sua forte terciarização onde os serviços às empresas, comércio a retalho e por grosso e a administração pública central e local se destacam como principais sectores de inserção. A destacada liderança dos serviços às empresas, com cerca de um quarto do 1º emprego, reflecte não só a especificidade da organização de alguns segmentos do mercado de trabalho profissional como também a crescente externalização de alguns serviços por parte das empresas/organizações, funcionando como sector de inserção sem continuidade, na medida em que o seu peso se reduz do 1º emprego para o último. Note-se, no entanto, que esta função de sector de inserção resulta em grande parte da forte desregulamentação do emprego em segmentos deste sector os quais recorrem de forma sistemática à rotação externa de pessoal como modelo dominante de gestão de recursos humanos.

Por último, gostaríamos de referir os resultados obtidos quanto aos projectos face ao emprego e à formação. No que respeita às perspectivas profissionais merece-nos particular referência o desejo de manter o emprego como o elemento mais valorizado o que de alguma forma contradiz a tese da conformação ideológica à precariedade a que aludimos anteriormente. Talvez esta contradição seja tão só o resultado de diferentes fases do ciclo de vida em que o que é aceitável nos primeiros confrontos com o mercado de trabalho, em que a entrada na idade adulta não está completamente consumada, o deixa de ser quando se projecta um futuro de responsabilidades pessoais e familiares. Por sua vez, no que respeita às perspectivas face à formação, constata-se um generalizado desejo de prosseguir estudos (78%) com predomínio para as pós-graduações (43,3%) em detrimento dos mestrados (34,5%) e dos doutoramentos (5,6%).

Em síntese, importa ressaltar o facto dos resultados obtidos no presente estudo projectarem uma imagem global que, se por um lado reflecte a existência de uma interacção virtuosa entre diplomados - escola - mercado de trabalho, por outro, não oculta aquilo que são alguns dos atributos estruturais que caracterizam a sociedade portuguesa, em geral, e o seu tecido socioeconómico, em particular, nomeadamente no que respeita ao défice de valorização do conhecimento e da coesão social.

Referências

- Almeida, A.J. (2007) “Empregabilidade e contextos de trabalho: que papel na estruturação do mercado de trabalho em Portugal”, *Sísifo/Revista de Ciências da Educação*, nº 2, pp. 51-58.
- Almeida, A.J. (2008) “Modos de inserção profissional dos licenciados em Gestão de Recursos Humanos: um estudo de caso”, X Jornadas de Sociologia da Universidade de Évora, Évora, Universidade de Évora.
- Almeida, A.J. *et alli* (2008) *Inserção profissional dos licenciados pela ESCE*, Setúbal, ESCE/IPS.
- Almeida, J. F. *et alli* (2003) *Diversidade na Universidade*, Oeiras, Celta.
- Alves, N. (2005) *Trajectórias académicas e de inserção profissional dos licenciados 1999-2003*, Lisboa, Reitoria da Universidade de Lisboa.
- Alves, N. (2008) *Juventudes e inserção profissional*, Lisboa, Educa/UI&DCE.
- Balsa, C. *et alli* (2001) *Perfil dos estudantes do ensino superior: desigualdades e diferenças*, Lisboa, Edições Colibri.
- Caetano, António (coord) (2000) *Mudança organizacional e gestão de recursos humanos*, Lisboa OEFP.
- Canário, R. (2000) *Educação de adultos: um campo e uma problemática*, Lisboa, Educa/Anefa.
- Estanque, E. (2005): *Classes, precariedade e ressentimento: mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais*, Oficina do CES, nº 38 (www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina).
- Freire, J. (1995) *O trabalho independente em Portugal*, Lisboa, CIES/ISCTE.
- Gonçalves, Carlos (2006) “Profissões e mercados: notas de reflexão” in *Forúm Sociológico*, 15/16, pp 15-32.
- Gonçalves, Carlos; Parente, Cristina e Veloso, Luísa (s.d.) *Licenciados em Sociologia: ritmos e formas de transição ao trabalho*, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1481.pdf> (consultado em Janeiro de 2009).
- HIS (2005) *Eurostudent 2005: social and economic conditions of student life in Europe 2005*, Hannover, HIS. <http://www.his.de/Eurostudent/report2005.pdf> (consultado em Outubro de 2007).
- Lopes, Helena (coord) (2000) *As modalidades da empresa que aprende e da empresa qualificante*, Lisboa, OEFP.
- Machado, F.L. *et alli* (2003) “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 66, pp. 45-80.
- Moncel, N. (2001) “Gestion sectorielle de la main-d’œuvre et insertion des débutants dans les années 90». In *Formation Emploi*, nº 75, pp. 43-57.
- Rodrigues, M^a de Lurdes (1997) *Sociologia das Profissões*, Oeiras, Celta.
- Rummert, S. M. (2000) *Educação e Identidade dos Trabalhadores*, S. Paulo, Intertexto.
- Vaz, I. F. (1997) *As formas atípicas de emprego e a flexibilidade do mercado de trabalho*, Lisboa, MQE.
- Vaz, I. F. (2006) “Significado recente da evolução das formas atípicas de emprego”, XII Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho, Lisboa, APSIOT.